

A indústria do tabaco e o Comércio Ilícito

Em maio de 2013, quatro meses após a abertura do Protocolo pela ONU, um pool de tabaqueiras (British American Tobacco, Imperial Tobacco Group, Japan Tobacco International e Philip Morris International) lançou a Associação Digital de Codificação e Acompanhamento (DCTA, sigla em inglês), criada com o objetivo de promover padrões internacionais e tecnologias digitais para ajudar os governos a combater o contrabando, a falsificação e sonegação de impostos.

Segundo as tabaqueiras, a DCTA utilizou a experiência coletiva da indústria na obtenção de cadeias de fornecimento internacionais e desenvolvimento de tecnologias para ajudar a distinguir o produto genuíno do falso.

“Nosso objetivo é oferecer aos governos uma solução do século XXI para o problema internacional do comércio ilegal”, explicou na ocasião o porta-voz da DCTA.

A proposta criada pelo DCTA, de baixo custo, tem como modelo a utilização do telefone celular que disponibiliza informações aos governos para proteger as receitas fiscais, além de verificar a legitimidade dos embarques e atender às exigências regulamentares internacionais, incluindo o protocolo de eliminação do comércio ilícito de tabaco.

Pat Heneghan, porta-voz da DCTA, afirma que a tecnologia é extremamente importante no combate ao comércio ilegal.

“Além dos fatores de complexidade do mercado global, a sofisticação dos criminosos e terroristas também exige que os governos se utilizem dos últimos avanços tecnológicos para garantir cadeias de fornecimento legais. E se quiserem, realmente, fazer qualquer avanço na resolução deste perigoso e crescente problema é necessário investir em tecnologia”, resume Heneghan.

[\(Continua\)](#)



A indústria do tabaco e o Comércio Ilícito

A codificação digital melhora a imagem arranhada das tabaqueiras pois segundo informações do Parlamento europeu, em 2000, a Comissão Europeia interpôs processos judiciais em Nova Iorque contra a Philip Morris International e outras empresas, acusando-as de contrabandear cigarros.

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20140127STO33904/html/Contrabando-de-cigarros-%C3%A9-necess%C3%A1rio-confrontar-a-ind%C3%BAstria-do-tabaco>

A queixa contra Phillip Morris foi retirada em 2004, após a empresa ter concordado em pagar, à UE e aos Estados-Membros, 1 bilhão de euros durante 12 anos – vigorando até 2016 - e ainda pagamento adicionais no caso de futuras apreensões.

Mais tarde foram alcançados acordos semelhantes com a Japan Tobacco International em 2007 e com British American Tobacco e Imperial Tobacco em 2010.

O especialista Leszek Bartłomiejczyk aponta a Bielorrússia, Ucrânia e Rússia como abastecedores para comércio ilícito de tabaco na Europa, e vem defendendo um sistema mundial de supervisão que coloque sob controle a produção e a distribuição, e que seja capaz de “identificar todos os produtos com segurança, quem os produziu e quando”.

Bartłomiejczyk entende que a UE deve se esforçar para ratificar o Protocolo para a eliminação do comércio ilícito de produtos de tabaco da Organização Mundial da Saúde.

<http://consumidormoderno.uol.com.br/empresas/associac-o-internacional-de-combate-ao-tabaco-ilegal-e-lancada>

